

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
CAMPUS APARECIDA DE GOIÂNIA
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA BILÍNGUE

**INCLUSÃO CULTURAL E LINGUÍSTICA DO ALUNO SURDO NO CONTEXTO
ESCOLAR: ENTRE O REAL E O IDEAL**

APARECIDA DE GOIÂNIA
2018



INSTITUTO FEDERAL
Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO NO REPOSITÓRIO DIGITAL DO IFG - ReDi IFG

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Digital (ReDi IFG), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IFG.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- | | |
|--|---|
| ☐ Tese | ☐ Artigo Científico |
| ☐ Dissertação | ☐ Capítulo de Livro |
| ☐ Monografia – Especialização | ☐ Livro |
| ☒ TCC - Graduação | ☐ Trabalho Apresentado em Evento |
| ☐ Produto Técnico e Educacional - Tipo: _____ | |

Nome Completo do Autor: Maria José Santo Simões

Matrícula: 20151090080181

Título do Trabalho: **Inclusão Cultural e Linguística do Aluno Surdo no Contexto Escolar: Entre o Real e o Ideal**

Restrições de Acesso ao Documento

Documento confidencial: ☒ Não ☐ Sim, justifique: _____

Informe a data que poderá ser disponibilizado no ReDi/IFG: 04/01/2019

O documento está sujeito a registro de patente? ☐ Sim ☒ Não

O documento pode vir a ser publicado como livro? ☒ Sim ☐ Não

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

- o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Assinatura de Goiânia 04/01/2019
Local Data

Maria Jose Santos Simões

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

MARIA JOSÉ SANTOS SIMÕES

**INCLUSÃO CULTURAL E LINGUÍSTICA DO ALUNO SURDO NO CONTEXTO
ESCOLAR: ENTRE O REAL E O IDEAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - Câmpus Aparecida de Goiânia, Curso de Licenciatura em Pedagogia Bilíngue, como requisito para Título de Graduação em Licenciatura em Pedagogia Bilingue.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Waléria Batista da Silva Vaz Mendes.

APARECIDA DE GOIÂNIA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S593 Simões, Maria José dos Santos

Inclusão cultural e linguística do aluno surdo no contexto escolar: entre o real e o ideal. / Maria José dos Santos Simões. – Aparecida de Goiânia, 2018.

55 f.

Orientadora: Dra. Waléria Batista Da Silva Vaz Mendes.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás: Campus Aparecida de Goiânia, Licenciatura em Pedagogia Bilíngue, 2018.

1. Educação de Surdos. 2. Educação inclusiva. 3. Educação bilíngue. 4. Língua de sinais. I. Título.

CDD 371.912

Catalogação na publicação:

Thalita Franco dos Santos Dutra – CRB 1/2186



TERMO DE APROVAÇÃO

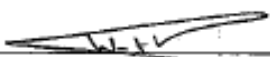
Maria José Santos Simões

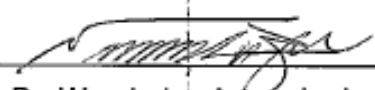
Inclusão Cultural e Linguística do Aluno Surdo no Contexto Escolar: Entre o Real e o Ideal

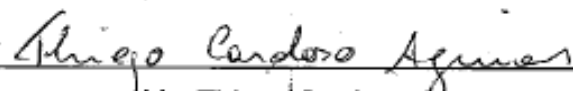
Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – Câmpus Aparecida de Goiânia - como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia Bilíngue, sob orientação da Dra. Waléria Batista S. V. Mendes.

Aprovado em 03 de dezembro de 2013.

BANCA EXAMINADORA


Dra. Waléria Batista S. V. Mendes
(Presidente - orientadora)


Dr. Wanderley Azevedo de Brito
(Membro Interno)


Ms. Thiago Cardoso Aguiar
(Membro Interno)

Dedico este trabalho a meu esposo que sempre foram presentes; a minha filha Wanessa e aos meus netos, Maria Eduarda e Carlos Eduardo; aos meus dois filhos, Willer e Wesley; a meus irmãos, sobrinhos e, a minha mãe que com graça e saúde se mostrou disposta a me ajudar em meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

A Deus que está sempre comigo e por mim, e que me ajudou para que eu chegasse até aqui.

A minha orientadora Prof.^a Dr.^a Waléria Vaz por tudo que me proporcionou e, por acreditar em meu desempenho.

Aos Professores do Instituto Federal de Aparecida de Goiânia.

Às amigas conquistadas durante este tempo, parceiras de verdade, Jaq e Juliana e turma do curso Pedagogia Bilíngue.

"Recuso-me a ser considerada excepcional, deficiente. Não sou. Sou surda. Para mim, a língua de sinais corresponde à minha voz, meus olhos são meus ouvidos. Sinceramente nada me falta. É a sociedade que me torna excepcional..."

Emmanuelle Laborrit

RESUMO

Este presente projeto faz parte da linha de pesquisa Linguagem, Educação e Cultura do Curso de Licenciatura em Pedagogia Bilíngue do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG). Nesta abordarmos questões referentes ao processo educativo inclusivo dos sujeitos Surdos a fim de apontar os pontos positivos e negativos dessa proposta e as perspectivas para esse tipo de educação. Tal pesquisa, cujo tema é 'Inclusão Cultural e Linguística do Aluno Surdo no Contexto Escolar: entre o real e o ideal', teve como objetivo realizar um estudo comparativo entre a proposta de Educação Inclusiva e a Educação Bilíngue para Surdos. Como uma forma de analisar os dados obtidos realizamos uma pesquisa bibliográfica com documentos da área e pesquisas já consolidadas sobre o assunto. Sendo uma revisão bibliográfica, tal pesquisa, procurou construir uma nova forma de olhar na diferença e sobre a interação e processo educativos na escola. Incluir o aluno surdo é fundamental enfatizar acessibilidade em sua comunicação na Língua de Sinais brasileira (LIBRAS) e se está sendo considerada nos diferentes momentos da educação de surdo. A ausência da língua de sinais é causa dos grandes problemas ocorridos. Se de modo geral, atualmente, os estudos priorizam questões que refletem sobre a Língua de Sinais e a Identidade Social do Surdo no espaço escolar e como mediante a legislação se cumpre a inclusão do aluno surdo. Nesse sentido, a presente pesquisa descreveu esses aspectos ressaltando as perspectivas da educação inclusiva especial, e cultural do aluno surdo.

Palavras-chave: Educação de Surdos; Educação Inclusiva; Educação Bilíngue; Língua de sinais.

ABSTRACT

This project is part of the research line Language, Education and Culture of the Degree in Bilingual Pedagogy of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Goiás (IFG). In this, we address issues related to the inclusive educational process of deaf subjects in order to point out the positive and negative aspects of this proposal and the perspectives for this type of education. This research, whose topic is 'Cultural and Linguistic Inclusion of the Deaf Student in the School Context: between the real and the ideal', aims to make a comparative study between the proposal of Inclusive Education and Bilingual Education for the Deaf. As a way of analyzing the obtained data we carried out a bibliographical research with documents of the area and already consolidated researches on the subject. A literature review, such research, constructed a new way of looking at difference and about the interaction and educational process in school. Including the deaf student is essential to emphasize accessibility in their communication in the Brazilian Sign Language (LIBRAS) and is being considered in the different moments of deaf education. The absence of sign language is the cause of most problems. If, in general, the studies currently prioritize questions that reflect on the Sign Language and the Social Identity of the Deaf in the school space and how the legislation fulfills the inclusion of the deaf student. In this sense, the present research described these aspects highlighting the perspectives of the special and cultural inclusive education of the deaf student.

Keys words: Education for the Deaf; Inclusive education; Bilingual Education; Sign language.

LISTA DE SIGLAS

AEE - Atendimento Educacional Especializado

FENEIDA - Federação Nacional de Educação e Integração do Deficiente Auditivo

FENEIS - Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos

IBC - Instituto Benjamin Constant

IESP - Instituto Educacional São Paulo

INES - Instituto Nacional de Educação de Surdos

LIBRAS - Língua de Brasileira de Sinais

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

MEC- Ministério da Educação

PNE - Plano Nacional de Educação

SEESP- Secretaria de Estado de Esportes

SEDUC- Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do ensino

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 PANORAMA HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL	17
1.1 Exclusão do Surdo no modelo biológico da deficiência	22
1.2 A Segregação por meio das Escolas Especiais.....	24
1.3 O equívoco do processo de Integração dos Sujeitos.....	28
2 A INCLUSÃO ENQUANTO ESPAÇO DE ANÁLISE	31
2.1 A Inclusão como um processo questionável na Educação de Surdos.....	33
2.2 A Construção da Identidade Social do Surdo na Inclusão	35
2.3 Inclusão por meio do Bilinguismo	38
3 A INCLUSÃO LINGÜÍSTICA DO ALUNO SURDO	40
3.1 A Pedagogia Surda e a visão do Surdo para o Surdo	41
3.2 A importância das Comunidades Surdas.....	42
3.3 A Pedagogia Surda como modalidade fundamentada na mediação intercultural da diferença	46
3.3.1 Metodologia na Educação dos Surdos.....	47
3.3.2 O Bilinguismo e sua aproximação com o Cultural	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	53

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem com proposta a reflexão do processo de inclusão do aluno surdo, num contexto multicultural como é a escola, especificamente, a sala de aula. Para tanto, consideramos o cotidiano escolar desse aluno, tomando como base o real, mas considerando o que se quer como ideal na educação de Surdos.

O interesse pelo tema surgiu após vivenciarmos no ambiente escolar uma prática, a nosso ver, equivocada de educação para Surdos hoje denominada inclusão. Sendo assim, esta pesquisa tem como foco verificar, entre o real e o ideal da educação de Surdos, como se dá o processo educativo inclusivo desses sujeitos a fim de apontar os pontos positivos e negativos dessa proposta e, não menos importante, as perspectivas para esse tipo de educação.

Sendo assim, tomamos algumas questões como ponto de partida para uma revisão bibliográfica no que já existe sobre o assunto. Nesse sentido, levantamos algumas questões norteadoras: As políticas públicas têm contribuído para a construção de uma educação de qualidade para Surdos? Como se dá a educação de Surdos no contexto escolar inclusivo? A comunidade escolar, de educadores, sabe como incluir esses sujeitos? Os sujeitos envolvidos no processo educacional do surdo reconhecem as especificidades da educação de Surdos? Qual o papel da escola no processo de construção da identidade desse sujeito? E a Língua de Sinais tem que papel significativo dentro desse processo?

Para melhor apresentar as proposições a respeito do processo de inclusão do aluno surdo, decidimos por construir um primeiro capítulo o panorama histórico, cultural e linguístico da pessoa surda. Em seguida, no segundo capítulo, discutimos o tema específico da educação de Surdos hoje. Posteriormente, no terceiro capítulo, abordamos o mesmo numa perspectiva que aponte o melhor caminho se não com o Bilinguismo, ou com outra tendência que contemple as especificidades educacionais dos Surdos.

Já sabemos que o conhecimento da Língua de Brasileira de Sinais (LIBRAS), é o ponto de partida para o sucesso na educação de pessoas Surdas. Percebemos sua importância na construção de ambientes acessíveis aos Surdos e o quanto ela

colabora no processo de interação, comunicação e inclusão no ambiente escolar. Reconhecemos como a mesma se constitui como base ao longo do processo de construção da identidade social do Surdo, do qual a escola é parte fundamental. O que nos perguntamos é se, efetivamente, a mesma está sendo considerada nos diferentes momentos da educação de Surdos.

Ainda percebemos, em alguns espaços escolares, a desvalorização da Língua de Sinais enquanto instrumento usado por professores e alunos para chegar ao conhecimento. Acreditamos que isso é parte integrante, como se dá, o olhar sobre as diferenças por aqueles que estão e compõem a escola. Muitos ainda não reconhecem a existência, por exemplo, de uma cultura Surda ou de uma identidade social diferente. A partir daí, conseqüentemente, percebemos um movimento de subestimação no processo de atendimento as necessidades específicas do aluno.

Neste sentido, nossa intenção com tal pesquisa não é julgar as ações das escolas que trabalham a inclusão desses alunos, mas com um olhar investigativo, apontar caminhos que possam de alguma forma corroborar com a melhoria das práticas voltados a educação de pessoas surdas em sala de aula. Compreende-se que este projeto irá colaborar com a melhoria da educação do Surdo a medida que o olhar sobre esses sujeitos e as práticas que envolvem o seu processo educacional forem ressignificadas.

No atual contexto da educação para Surdos, a inclusão tem como princípio norteador o que a própria Constituição Federal Brasileira preconiza em seu artigo 205 que “a educação é um direito de todos”. Não discordamos dessa afirmativa do texto constitucional, inclusive, o mesmo corrobora com as políticas de acessibilidade no sistema educacional. É necessariamente, entretanto, atentar não apenas aos benefícios trazidos por esse modelo de educação, mas também, as falhas apresentadas nos diferentes momentos desse processo, em especial, na educação das pessoas Surdas.

No espaço educacional inclusivo o objetivo principal é fazer com que todos aqueles que são atendidos ali compartilhem, socializem e aprendam juntos. Tais características não anulam a dificuldade que esse sistema apresenta quando se trata do atendimento às necessidades peculiares dos sujeitos. Sobre educação

inclusiva, o que está em análise é sua (in)eficiência quando se trata de todas as fases que envolvem o processo educacional desses sujeitos.

A questão da acessibilidade é ponto importante em todo processo educacional, mas algo a ser considerado para os estudos sobre esse tipo de educação são as condições em a mesma acontece. As ideias de educação apresentadas pelo modelo de educação inclusiva são importantes e, em condições ideais, seriam a solução. A questão é que não vivemos apenas de ideais, mas de realidades que nos cercam e nos levam a praticar um tipo de educação equivocada que não é ideal para quem a apresenta, nem para quem a recebe.

Quando falamos em atendimentos as especificidades e particularidades dos sujeitos Surdos, estamos falando dos aspectos relacionados à língua. As questões específicas estão ligadas diretamente à inclusão por meio da língua de sinais. Isso porque, essa modalidade de língua, possibilita ao Surdo tanto a construção de sua identidade social quanto a sua efetiva participação nos diferentes espaços sociais.

A própria Lei 10.436, promulgada em 24 de abril de 2002, apresenta às especificidades da Língua Brasileira de Sinais e de sua importância para a comunidade de pessoas Surdas do Brasil. Isso porque ela é constituída numa modalidade que é acessível aos Surdos, pois com sua característica viso/espacial possibilita o acesso do Surdos a diferentes espaços.

É até por essas especificidades apresentadas pela Língua de Sinais que se trabalha hoje pela criação de uma educação que seja bilíngue, Libras/Português escrito com metodologias pensadas considerando-se a forma como o Surdo aprende o mundo e inclusive, culminando na abertura de Escolas Bilíngues para esses sujeitos.

Para entender o porquê de se pensar uma educação bilíngue é necessário desmistificar a proposta da Educação Inclusiva para Surdos. A presença do intérprete não resolve, por si só, a questão da ineficiência da educação voltada para esse público. A luta da comunidade surda é pela garantia do direito à Educação Bilíngue, onde a Língua de Sinais é tida como primeira língua (L1) e o Português escrito como segunda língua (L2).

A língua de sinais no Brasil, conhecida como Língua Brasileira de Sinais, no modelo de Educação Bilíngue torna-se o instrumento que possibilita o acesso ao conhecimento. É apenas por meio dessa que o sujeito Surdos poderão ter acesso aos mais diversos ambientes sociais que possibilitam sua inserção social e linguística. Conforme Godoi (2013), “vivemos em uma sociedade letrada, sendo imprescindível o domínio do código linguístico a fim de ter acesso ao lazer, aspectos sociais, culturais e econômicos” (p1).

Essa modalidade de Educação Bilingue é mais conhecida como bilinguismo. É por meio desse tipo de educação que o sujeito surdo terá acesso aos mais diversos tipos de conceitos necessários para à formação escolar. Com a língua de sinais a criança surda poderá alcançar os mais altos índices em seu desenvolvimento linguístico e cognitivo. Isso facilita o processo de aprendizagem como um todo e, inclusive, colabora em sua compreensão e leitura de mundo.

Na escola do ensino regular, num sistema inclusivo de educação, o aluno surdo fica impossibilitado de acessar de forma plena o conhecimento. A comunicação, como ponto forte neste processo, acaba se tornando um entrave. Um ambiente educativo como espaço de socialização sem práticas educacionais adequadas aos Surdos é um equívoco. Todo processo de inclusão do Surdo requer uma interação não só social, mas, principalmente, linguística e cultural no desenvolvimento de sua formação educacional.

A inclusão dos Surdos na sociedade deve considerar as questões culturais e linguísticas que envolvem esse sujeito. O ambiente escolar é um destes espaços que, como contexto escolar, tem como foco entender as questões pertinentes à realidade desse grupo e o que se quer como ideal para uma educação de qualidade. A pedagogia, as políticas e muitos outros aspectos têm sido construídos sempre sob uma perspectiva falseada. Os estudos na área de educação de Surdos apontam que o modelo de educação vigente foi criado para Ouvintes e não para Surdos.

É, nesse sentido, que nos propomos a investigar o processo histórico-cultural da pessoa Surda no ambiente educacional. Isso porque, temos como objetivo entender o passado, apresentar as ações do presente e as perspectivas para o futuro da Educação de Surdos no Brasil. Para isso, tomaremos alguns autores

como, Rocha (2008), Quirós (1966), Strobel (2006), Skliar (1997), Quadros (2003) e outros para construirmos uma linha de análise histórica sobre o processo construção social e, conseqüentemente, educacional do Surdo.

1 PANORAMA HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL

Alguns educadores justificam suas dificuldades na educação de pessoas com necessidades especiais culpando sua própria formação. Consideram que os estudos, ao longo da graduação, sobre esse assunto foram insuficientes ou escassos. Nesse contexto, é que a falta de conhecimento toma forma e força. A escola, como ambiente de trabalho desses formandos, acaba por difundir em seu interior práticas equivocadas e, conseqüentemente, um ensino ineficaz.

Partimos da ideia de que se existe uma classe homogênea, onde os alunos realizam as mesmas tarefas, terá de ceder lugar à classe heterogênea, onde pessoas com diferenças convivem e aprendem de acordo com suas particularidades. A partir daí, dizemos que neste momento existe a necessidade de se pensar em um novo modelo educacional a fim de incluir estes novos alunos com necessidades específicas. Temos de ir muito além de simples recursos didáticos na escola, há (também) necessidade de se ter educadores verdadeiramente capacitados a atender de forma mais abrangente a diversidade educacional existente na população escolar. (SILVA, 2009, p.15).

No caso específico dos Surdos, uma educação eficaz, tem a ver diretamente com o processo de inserção, por meio da língua, dos sujeitos surdos no contexto escolar. Esse processo ensino e aprendizagem dependem, também das relações que se estabelecem no convívio social que é proporcionado pelo modelo inclusivo de educação, mas que, reconhecidamente, não é o único responsável. A socialização é apenas um dos tripés em que se assenta a educação de Surdos. Para Perrenoud (2002) apud Silva (2009, p.19).

Não há forças sociais importantes que exijam uma escola mais eficaz... Mesmo os que estão convencidos de que a escola tem de "se tornar mais eficaz" não estão prontos para elevar o nível de formação e de profissionalização dos professores. Eles têm novas expectativas relacionadas ao sistema educativo, porém não aceitam que ele seja um pouco mais oneroso.

Silva (2009), Concorda em que o autor ver que as dificuldades e desestímulo dos educadores, por parte das pessoas que estão no topo do sistema educacional, que por coincidência são os mesmos que pressionam para uma reformulação educacional a fim de acolher e incluir todos na escola, e que mesmo assim vale lembrar aos educadores que o trabalho deles vai além do processo ensino tradicional, há também o compromisso social, moral e humano, que contribuirá para a formação de pessoas que vão construir o conhecimento com criticidade e futuramente mudar este quadro social que está presente e que vemos todos os dias com a falta de preparação dos professores no acolhimento educacional do indivíduo, especialmente na comunicação.

Alguns educadores, inclusive, imputam à língua de sinais um status de inferioridade e, ainda, não a reconhecem como meio imprescindível no processo educacional da pessoa surda. Não entenderam que esse tipo de postura limita e, de certa forma, incapacita o Surdo. Isso não é de agora, mas um resquício do que os Surdos passaram no passado, superam no presente e tentam reescrever em seu futuro.

A educação de Surdos, ao longo dos anos, sempre apresentou dificuldades e limitações, principalmente, nos séculos passados onde a figura do Surdo era considerado como ser incapaz. Nesse sentido, acreditamos que para uma reflexão sobre esse tipo de educação, é necessário um retorno a história educacional desses sujeitos a partir das concepções de Exclusão, Segregação, Integração e Inclusão". No Brasil, a educação de Surdos teve seu início durante o Segundo Império, com a chegada do educador francês Hernest Huet. Este era surdo e ex-aluno do Instituto de Paris e foi ele quem trouxe o alfabeto manual francês da Língua Francesa de Sinais, conseqüentemente, uma das línguas de sinais eu mais influenciou na criação da Língua Brasileira de Sinais.

Huet (1822-1882), apresentou documentos importantes sobre como educar pessoas surdas. Solicitou, pessoalmente, ao Imperador Dom Pedro II, um prédio para fundar, em 26 de setembro de 1857, o Instituto dos Surdos-Mudos do Rio de Janeiro, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES. O Instituto inicialmente utilizava a Língua dos Sinais, como previu Huet, mas em 1911, passou

a adotar o Oralismo puro, seguindo a determinação do Congresso Internacional de Surdos-Mudos realizado em Milão, na Itália.

No Congresso de Milão os Surdos que ali estavam foram ignorados em suas reivindicações e numa votação pelo modelo de educação, foram vencidos. Não tiveram chance de se posicionar contra o latente processo de dominação do sobre o Surdo. Prevaleceu, portanto, naquele momento o modelo oralista. Consequentemente, decisão essa que levou a proibição do uso de língua de sinais para comunicação com pessoas surdas.

Durante os quase 100 anos de proibição do uso de Sinais, os insucessos foram notados em todo o mundo. Os Surdos passavam por oito anos de escolaridade com poucas aquisições e saíam das escolas como sapateiros e costureiros, a educação para o trabalho era o foco.

Os Surdos que não se adaptavam ao Oralismo e, por esse motivo, eram considerados retardados. O interesse da sociedade era o de que a fala desses sujeitos fosse desenvolvida, ou seja, normaliza-los. O que visavam era a manutenção de uma situação confortável para os Ouvintes e não para os Surdos. Era ignorado o fato de que, para a grande maioria deles, não era organicamente possível.

Com base nessa afirmação Simon e Binet¹, numa primeira avaliação sistemática do método oral, concluíram que os Surdos não conseguiam realizar uma conversação só podiam ser entendidos e entender aqueles a quem estavam acostumados. Sendo assim, partiram para uma metodologia de comunicação alternativa, a Comunicação Total. O uso de Sinais, nesse modelo, só foi aceito como manifestação linguística a partir de 1970. Essa preconizava o uso de linguagem oral e sinalizada ao mesmo tempo, sendo que a Língua de Sinais era submetida a língua oral.

O INES tinha vagas para 100 alunos de todo o Brasil e dessas, somente 30 eram financiadas pelo governo. Os alunos tinham entre 9 a 14 anos e participavam de oficinas de sapataria, encadernação, pautação e douração. No INES defendia-se

¹ Psicólogos criadores do teste de quociente de inteligência.

um método firmado nas relações sociais no qual o surdo usaria a linguagem oral e não a escrita, sendo que esta seria secundária para ele. Além disso, tinha-se como convicção do governo da época ser um desperdício alfabetizar surdos num país de analfabetos. Para ele, “a fala seria o único meio de restituir o surdo-mudo na sociedade”.

O quarto diretor do Instituto, o médico Tobias Leite, apresentava um foco diferente de seu antecessor Dr. Menezes Vieira no que se refere à educação dos Surdos. Para ele, o que era de primeira importância era a profissionalização, afirmando que “não tanto porque os surdos aprendem facilmente, mas porque são fidelíssimos executores das instruções e ordens do patrão” (LEITE, 1895), dizer este que em nada valorizava os Surdos.

Entre os anos 1930 e 1947, o Instituto esteve sob a gestão do Dr. Armando Paiva Lacerda e foi durante esse período que foi desenvolvida por ele a Pedagogia Emendativa do Surdo-Mudo que mais uma vez destaca que o método oral seria a única maneira do Surdo ser incluído na sociedade.

O ensino era diferenciado e dividido em: Linguagem Escrita, Linguagem oral (Leitura labial) e Linguagem oral auditiva, oferecida aos que tivessem resíduo, ministrada pelo professor Brasil Silvado Jr. Os estudos chegavam ao fim quando dominavam uma profissão, das muitas oferecidas nas oficinas da Instituição, como encadernação, sapataria, alfaiataria, modelagem e marcenaria (ROCHA, 2008, p.70).

Na gestão do Dr. Armando Paiva Lacerda, foi instituído também que os alunos do Instituto passassem por aplicações de testes para verificar a inteligência e a aptidão para a oralização. Após estes testes, os alunos eram separados de acordo com suas capacidades. O objetivo era que as salas de aula fossem cada vez mais homogêneas, separadas de acordo com a seguinte classificação: surdos-mudos completos, surdos incompletos, semissurdos propriamente ditos, semissurdos.

A visão que este diretor tinha da educação dos Surdos pode ser demonstrada por meio da seguinte afirmação: “Separados os anormais em classes homogêneas suaviza-se sobremaneira a tarefa educativa que é muito mais difícil e ingrata em relação a estas crianças” (LACERDA, 1946, p. 23).

Em 1951, assume a direção do Instituto a professora Ana Rímoli de Faria Dória. O interessante é que após quase 100 anos de existência, essa era a primeira vez que um profissional da educação estava na direção deste Instituto. A grande inovação do período de sua gestão foi a implementação do Curso Normal de Formação de Professores para Surdos. Sendo o Instituto uma referência para todo o Brasil, recebia professores de todo o país para fazer o curso que tinha duração de três anos. A metodologia usada era toda voltada para o Oralismo.

Na década de 1970, com a visita de Ivete Vasconcelos, educadora de Surdos da Universidade Gallaudet, chegou ao Brasil a filosofia da Comunicação Total e, na década seguinte, a partir das pesquisas da professora linguista Lucinda Ferreira Brito sobre a Língua Brasileira de Sinais e da professora Eulalia Fernandes, sobre a Educação de Surdos, o Bilinguismo passou a ser difundido. Atualmente, estas três filosofias educacionais ainda persistem paralelamente no Brasil.

Outros institutos fizeram parte da história da Educação de Surdos no Brasil, como o Instituto Santa Teresinha, fundado em 1929, inicialmente em Campinas e transferido para São Paulo em 1933. Até o ano de 1970, funcionou como internato para meninas surdas, passando depois desta data a aceitar meninos surdos e trabalhar com o conceito de integração no ensino regular. Atende atualmente até o Ensino Fundamental e é de natureza particular.

Outra instituição é a Escola Municipal de Educação Especial Helen Keller, fundada em 1951 pelo então prefeito de São Paulo, Dr. Armando de Arruda Pereira. Outra instituição de suma importância é o Instituto Educacional São Paulo — IESP. Fundado em 1954, foi doado em 1969 para a PUC/SP e atualmente é referência para pesquisas e estudos na área da deficiência auditiva.

A homenagem se deu aproveitando uma visita de Helen Keller a evento do INES, conforme relata Rocha (2008, p.101), ato este que marcou a gestão de Ana Rimoli em 1953. Celebridade mundial, era reconhecida por sua trajetória de sucesso, autora de vários livros sobre sua experiência como pessoa surda e cega. Em seu depoimento, Álpia Couto, então aluna do Curso Normal do Instituto, lembrou do dia de sua visita e de um episódio que chamou muito a sua atenção. Em dado

momento, ao receber muitas das braçadas de flores, Hellen se pronunciou dizendo que reconhecia cada uma delas pelo perfume emanado.

Helen Keller (1880-1968) foi uma escritora e ativista social norte-americana. Cega e surda formou-se em filosofia e lutou em defesa dos direitos sociais, em defesa das mulheres e das pessoas com deficiência. Foi a primeira pessoa cega e surda a entrar para uma instituição de ensino superior. Sobre Helen Keller pode ser encontrado em sua biografia. (https://www.ebiografia.com/helen_keller/ acesso em 21/10/18)

Imprescindível afirmar que na história da educação de Surdos a narrativa das histórias, são maioria de Ouvintes e não por Surdos e que alguns deles como protagonistas. Sendo de exemplo para aqueles que passaram pelas mesmas experiências. Povo este que teve seu apagamento na história, e hoje vê que não foi em vão suas lutas para que sobrevivessem a um sistema imposto pela sociedade de normalidade.

1.1 Exclusão do Surdo no modelo biológico da deficiência

A especificações da educação e a história social da pessoa surda é composta por diferentes momentos que marcam, significativamente, o povo Surdo. Naquilo que diz respeito ao âmbito educacional, essas mudanças situam-se em diversos momentos, que podemos separar e nomear em Exclusão, segregação, Integração e Inclusão. O Surdo foi visto de forma diferente em cada um desses momentos e, como toda minoria, sofreu o ônus de todas as mudanças ocorridas.

Sassaki (2006) apud Moreira (2014), ainda ressalta sobre o processo de inclusão e integração na educação que ocorreram ao longo do desenvolvimento da história da inclusão que consiste em quatro fases:

- Fase de Exclusão: período em que não havia nenhuma preocupação ou atenção especial com as pessoas deficientes ou com necessidades especiais. Eram rejeitadas e ignoradas pela sociedade.
- Fase da Segregação Institucional: neste período, as pessoas com necessidades especiais eram afastadas de suas famílias e recebiam atendimentos em instituições religiosas ou filantrópicas. Foi nessa fase que surgiram as primeiras escolas especiais e centros de reabilitação.

- Fase da Integração: algumas pessoas com necessidades especiais eram encaminhadas às escolas regulares, classes especiais e salas de recursos, após passarem por testes de inteligência. Os alunos eram preparados para adaptar-se à sociedade.

- Fase de Inclusão: todas as pessoas com necessidades especiais devem ser inseridas em classes comuns, sendo que os ambientes físicos e os procedimentos educativos é que devem ser adaptados aos alunos, conforme suas necessidades e especificidades.

No período de Exclusão todos aqueles que possuíam qualquer tipo de necessidade eram privados de seus direitos como cidadãos, nem sequer eram reconhecidos como tal. Com o Surdo isso não foi diferente. Segundo Quirós (1966) nos textos jurídicos eram apresentadas, inclusive, narrativas nas quais os Surdos eram equiparados a “dementes”. Tudo isso, confirmando a dificuldade que a sociedade tinha em reconhecer e atender esses sujeitos.

Com a evolução da medicina veio, também, a modelo biológico da deficiência. Toda e qualquer anormalidade deveria ser separada em categorias (Surdos, Cegos,) e, conseqüentemente, tratada. O caminho era normalizar os sujeitos e a Integração, enquanto modelo de educação especial, tratava de fazer da escola um instrumento para isso.

Com a evolução dos estudos de medicina sobre a surdez, as ciências da vida começaram a categorizar os sujeitos surdos, segundo suas representações, em graus de surdez (os surdos leves de um lado, e os profundos em outro extremo); desse modo, os surdos passaram a ser considerados ‘doentes’ e ‘deficientes’. O fato de os sujeitos surdos terem dificuldade para ouvir e falar é que reforçou esta representação. (STROBEL, 2006, p. 249)

Esse modelo biológico, em que os sujeitos eram considerados doentes e, deveriam ser tratados, trouxe conseqüências negativas aos Surdos. Inclusive, a maior parte do tempo escolar era gasto com terapias que reforçavam a ideia de normalização dos sujeitos. Mesmo com todo investimento, pois esse tipo de educação saía caro aos cofres públicos, os esforços não surtiram efeito. O Surdo continuava sendo surdo, mesmo sendo aparelhado ou aprendendo a falar.

Quadros (2003), enfatiza na discussão sobre as diferenças que são desafios para os que se tornam excluídos por serem categorizados com palavras que são utilizadas silenciosas e expressam as diversas formas fragmentada em relação ao homem. Conforme Skliar (1997) apud Quadros (2003), “existe uma diferença crucial entre entender a surdez como uma deficiência e entendê-la como uma diferença (p.88) ” Ou seja, a maneira de ver a surdez na concepção clínica, ou da concepção social em que procura compreender a surdez e reconhece como experiência visual, na maneira de ver o mundo a construção histórica, política, social, e dos conceitos de valorização de reconhecer esta ou aquela forma correta.

1.2 A Segregação por meio das Escolas Especiais

Nesta fase da Segregação as pessoas com necessidades especiais, ainda excluídas da sociedade, era atendido em instituições isoladas por motivos religiosos ou filantrópicos; permanecendo por lá algumas crianças a vida inteira. Porém, essas instituições não ofereciam um tratamento especializado e nem programas educativos, praticando uma educação informal.

Sassaki (1997) apud Moreira (2014), afirma que para acabar com a concepção de exclusão social que se perdurou e dominava as pessoas com deficiências durante séculos, surgiu a ideia de interação. Assim, consideradas totalmente inválidas as pessoas portadores de deficiência eram excluídas da sociedade por qualquer circunstância, sem utilidade para a sociedade e incapazes de trabalhar. Portanto, dependendo da localização cultural, os portadores de deficiência eram completamente banidos da sociedade, já outras práticas de interná-las em grandes instituições de caridade, junto com doentes e idosos.

Na Educação Especial, os Institutos foram criados para sanar as dificuldades que sujeitos com deficiências, considerados anormais intitulados pela sociedade teriam acesso, à parte, a escolarização como um sistema assistencialista. O marco da história foi a criação da escola especial em 1857.

Conforme Soares (1999), o Instituto Nacional de Educação de Surdos, primeira instituição criada para esse fim, no Brasil, passou por uma mudança profunda a partir de 1951, tanto no que diz respeito aos aspectos metodológicos do

ensino, quanto à sua estrutura em relação à modificação e criação de serviços. Esta instituição se localizava no bairro de Laranjeiras, Cidade do Rio de Janeiro.

Um dos marcos na história da criação de Escolas Especiais, não podemos deixar de destacarmos que no ano de 1854 foi criado o Instituto Imperial dos Meninos Cegos, pelo então imperador D. Pedro II, que em 1891 passou a ser chamado de Instituto Benjamin Constant (ibc) conforme Rafante (2011).

“Apesar de se tratar de instituição oficial, que se consolidaram na realidade educacional brasileira, na segunda metade do século XIX, ela não era representativa da preocupação do governo central com a educação da pessoa com deficiência”. (p.54)

Os indivíduos que tinham deficiência auditiva, que queriam ir para a uma escola especial para Surdos, quando conseguiam sair dos seus lares, devido as situações econômicas e juntamente com seus familiares despojavam-se de tudo, para ir para o Rio de Janeiro deixá-los aos cuidados do Instituto Nacional de Surdos.

O instituto recebia alunos de vários estados. A falta de atendimento para o surdo em outras regiões do país fazia com que muitas famílias trouxessem seus filhos para a instituição de Laranjeiras. Muitos permaneciam por todo ano letivo no Instituto, voltando para casa nas férias escolares. (ROCHA 2008 p81).

As dificuldades eram existentes nos INES eram visíveis devido a uma administração ineficiente, documentados e registrados na historiografia da instituição. Conforme cita Rocha (2008 p.34), a fonte principal utilizada por pesquisadores da história do Instituto está contida na memória de número XXV, da publicação Notícia Histórica do Estabelecimento Dependentes do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, de 1898. Embora seja um relato minucioso das quatro primeiras décadas do Instituto, alguns dados não se confirmam em cotejo com outras fontes. A autora relata toda uma história percorrida com documentos, registros de fotos dos diretores, alunos, fatos e fontes relacionados ao Instituto e a educação de Surdos.

Assim, outra vez, foi levantada a questão de que o Instituto funcionava mais como um asilo do que uma instituição educacional. A mesma crítica fez Dr. Tobias, em 1868, quando foi designado para fazer avaliação do trabalho realizado no Instituto. Difícil compreender o que acontecia em alguns momentos da história da Instituição. O fato é que, com a transformação do Instituto em estabelecimento de ensino profissionalizante, o aprendizado das outras disciplinas ficou secundário. (ROCHA ,2008, p.60)

As críticas levantadas nas gestões eram policamente influenciadas na instituição, dependendo do governo que prevalecia em cada época. Para sanar as dificuldades no espaço que era limitado e dependia de uma gestão com qualidade para terem uma educação adequada.

Nessa época as medidas eram tomadas provisórias e de acordo com cada diretor que dirigia o Instituto. Com as décadas futuras, houve conquistas com a fundação dessas escolas especiais com ações, movimentos, para os sujeitos Surdos tivessem uma formação educacional de mais qualidade.

Abrindo o espaço para a discussão sobre a educação que os Surdos lutavam que em prol de seus direitos. Propagam-se as discussões nas matérias de jornais e assim estendiam as notícias e conseqüentemente as informações do processo histórico dos Surdos. Contribuindo para que firmassem os objetivos e a qualidade dos serviços educacionais especiais. Com métodos e impostos e uma educação rígida, os sujeitos Surdos sofriam com desestruturação de diretores pautadas em obrigatoriedade na fala oral e leitura labial.

Segundo Rocha (2008 p.78), em 1946, foi promulgada uma constituição de forte influência norte-americana. Era o início da Guerra Fria. O mundo estava dividido em dois blocos: um de influência comunista e outro capitalista. A política externa seguia as diretrizes americanas, culminando, em 1947, com o rompimento das relações diplomáticas com União Soviética. O Governo Dutra conseguiu do Supremo Tribunal Federal e do Congresso Nacional o consentimento legal necessário para suprimir o registro do Partido Comunista do Brasil.

Esses fatos políticos foram alguns dos acontecimentos vividos nessa época em que foi histórica e conturbada com as influências governamentais e até os acontecimentos atuais narrados pela autora Solange Maria da Rocha, na edição especial histórica em celebração aos 150 anos de sua criação. Uma homenagem segundo o diretor Marcelo Ferreira de Vasconcelos Cavalcanti aos funcionários e alunos que fizeram parte desta história. Atualmente essa escola é referência na Educação de Surdos e tem como proposta a inclusão dos alunos Surdos, garantindo a acessibilidade comunicativa para os mesmos, por meio de uma educação bilíngue.

Investiga-se ainda as filosofias educacionais na educação de Surdos em diferentes períodos até os nossos dias.

No entanto para Machado (2011), foi a partir dos anos 50, mais especificamente no ano de 1957, que o atendimento educacional aos indivíduos que apresentavam deficiência foi assumido explicitamente pelo governo federal, em âmbito nacional, com a criação de campanhas voltadas especificamente para este fim. Ainda reafirma Machado (2011), primeira campanha foi feita em 1957, voltada para os deficientes auditivos – “Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro”. Esta campanha tinha por objetivo promover medidas necessárias para a educação e assistência dos Surdos, em todo o Brasil.

O INES e outras Associações filantrópicas fundaram escola especiais em todo território brasileiro. No decorrer das décadas, outras associações foram criadas no Brasil e um inusitado desses movimentos, Segundo Dilli (2010, p.28), foi em que comemoram no Brasil o Dia do Surdo, em 26 de setembro. No Brasil, a primeira organização surda surgiu em 1913, e foi bem recebida pelos Surdos do Rio de Janeiro passando a ser intitulada Associação Brasileira de Surdos-Mudos.

Nos anos 1970, profissionais ouvintes ligados à surdez fundam a Federação Nacional de Educação e Integração do Deficiente Auditivo (FENEIDA). Segundo os relatórios pesquisados, os Surdos não sabiam da existência dessa organização, o que ocorreu apenas anos mais tarde. Foi do instituto que surgiram os primeiros líderes Surdos que ao terminarem seus estudos retornaram aos seus Estado de origem e divulgaram a Língua Brasileira de Sinais, reuniram outros Surdos e fundaram associações, escolas e grupos de lutas pelos seus direitos.

Em 1983, um grupo de Surdos organizaram uma Comissão de Luta pelos Direitos dos Surdos, desenvolvendo um trabalho importante nessa área. O grupo ganha força e legitimidade ao reivindicar, junto à FENEIDA, espaço para seu trabalho, o que foi negado naquele momento. Ao formar uma chapa, o grupo de Surdos é vencedor nas eleições para diretoria da entidade, sendo que o primeiro passo foi a reestruturação do Estatuto da entidade, que passou a ser denominada Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS). Essa

mudança foi muito significativa, pois não se referiu apenas a uma troca de nomes, mas à busca de uma nova perspectiva de trabalho e de olhar sobre os Surdos.

A FENEIS foi fundada em 1987, quando os Surdos resolveram assumir a liderança da Federação Nacional de Educação e Integração do Deficiente Auditivo (FENEIDA) que surgiu da iniciativa de várias escolas, Associações de Pais e outras instituições ligadas ao trabalho com Surdos. (FENEIS –www.feneis.org.br)

Esta breve narrativa da Escola Especial de Surdos, relevante e importante para a história e os movimentos sociais de lutas pelo direito e defesa da Língua Brasileira de Sinais, vencendo os desafios propostos por uma política que vai ser de integração/ inclusão e movimento sociais de Surdos, para que dentro dessas propostas de ensino não exista mais a segregação.

1.3 O equívoco do processo de Integração dos Sujeitos

Diante das diversidades em que os Surdos estiveram à margem da sociedade tentando driblar as diferenças que trouxeram marcas na sua construção histórica social e cultural. Mas também com as lutas e movimentos sociais trouxe para o povo Surdo, novas perspectivas de integração e superando pelo menos em parte sua participação na sociedade e na educação.

Antes o modelo segregacionista, era paralelo a educação tradicional, era mais nos aspectos de tratamento e depois com o processo de integração à parte pedagógica. Relevante o processo de busca de alternativas para inserção de todos os alunos, integrando os no sistema regular de ensino, ensino (como recomendado no artigo 208 da Constituição Federal de 1988). Foi assim instituída, no âmbito das políticas educacionais, a Integração

A Integração, surge na LDB- Lei nº 4024 de 1961, a qual prevê a Educação como direito de todos, inclusive a Educação Especial para portadores de deficiência, sendo criada a sala especial, para separar os portadores de necessidades especiais, para que essas crianças não interferissem no ensino e na atenção do professor. Era feita uma seleção de alunos, só podendo frequentar as escolas aqueles alunos com

necessidades especiais que conseguiam acompanhar os demais alunos, em salas especiais.

A necessidade em ressaltar sobre esses princípios em que a Integração parte do princípio de que os educandos são integrados em sala de aula da escola do ensino regular e quando há essa integração, as pessoas com as necessidades especiais teriam que se adequar ao sistema de ensino, com a inclusão a escola tem que se adequar para receber os educandos e diante das leis proporcionar ao educando possibilidades e desenvolvimento em todo o processo educacional.

É concretizada com o direito de todos à educação, sem discriminação, com qualidade e igualdade. Mas somente em dezembro de 1996 é criado na LDB (Lei de Diretrizes e Bases) Nº 9394/96, um capítulo específico à Educação Especial nos artigos 58, 59 e 60; legalizando os portadores de necessidades especiais, na rede regular de ensino, os deveres do estado e da educação pública.

A sociedade passa a perceber que não são as pessoas com Necessidades Especiais que tinham que se adequar a sociedade e, sim, a sociedade que deveria se adaptar a elas para que realmente pudessem ter participação plena e igualdade de oportunidade.

A Constituição Federal de 1988 instituiu o direito do indivíduo com Necessidades Especiais a receber educação na rede regular de ensino, conforme o artigo 208. Resultado de uma Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, realizada entre 7 e 10 de junho de 1994, na cidade espanhola de Salamanca, a Declaração de Salamanca trata de princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. A inclusão de crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino é a questão central, sobre a qual a Declaração de Salamanca discorre.

Portanto, os princípios estabelecidos no âmbito da educação inclusiva que compõem o texto da Declaração de Salamanca, exigem que os estados assegurem que a educação de pessoas com deficiências seja parte integrante do sistema

educacional. A Resolução CNE/CEB Nº 02/2001 aprovada em 11 de setembro de 2001, estabeleceu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial e prevê:

Art. 3º- Por educação especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica. Os sistemas de ensino devem constituir e fazer funcionar um setor responsável pela educação especial, dotado de recursos humanos, materiais e financeiros que viabilizem e deem sustentação do processo de construção da educação inclusiva. (BRASIL, 2001, p.2)

Assim, a partir dessa Resolução, o Brasil passou a destinar mais recursos para que a educação desses alunos especiais aconteça de acordo com a dificuldade e a necessidade de cada um. São considerados alunos com Necessidades Especiais aqueles que:

Art. 5º Consideram-se educandos com necessidades especiais os que, durante o processo educacional apresentam:

I – Dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos: Aquelas não vinculadas a uma causa, orgânica específica; aquelas relacionadas a condições, limitações ou deficiências;

II – Dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis.

III – altas habilidades / superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes (BRASIL, 2001, p. 3).

Neste sentido, são esses alunos com Necessidades Especiais que devem ser atendidos com Atendimento Educacional Especializado (AEE) e recursos disponíveis destinados às escolas inclusivas.

No momento em que nós enquanto cidadãos entendermos que somente através da educação as possibilidades de inclusão das pessoas com necessidades especiais podem se concretizar, a sociedade abrirá de forma natural os espaços a quem tem alguma limitação física ou psicológica, modificando suas estruturas e serviços oferecidos, tornando-se a cada dia um lugar onde as pessoas de todos os tipos e inteligências possam sentir-se a vontade para desenvolver suas habilidades e aptidões de acordo com suas possibilidades, sendo reconhecidas pelas suas potencialidades e não discriminadas e excluídas por suas limitações. Sabemos que a inclusão de um indivíduo na sociedade depende do patrimônio cultural que ele recebe, isto faz da educação um pilar fundamental para o desenvolvimento deste, pois é objetivo da educação adaptar e ajudar no desenvolvimento das potencialidades, contribuindo na construção da personalidade e caráter de cada ser humano. (SILVA 2009, p.13).

2 A INCLUSÃO ENQUANTO ESPAÇO DE ANÁLISE

A Inclusão fez um caminho muito próximo ao da Integração pois, ainda, visava a normalização dos sujeitos. As escolas especiais foram extintas e os alunos que ali estavam, passaram a frequentar as salas comuns da rede regular de ensino e o que prevaleciam eram os atendimentos educacionais especializados.

Foram criados os centros de atendimentos para os alunos com deficiência. As necessidades que antes eram atendidas nas escolas agora seriam feitas nesses espaços. Entende-se que as dificuldades seriam minimizadas desde que os sujeitos pudessem conviver com os demais. O que, como sabemos, não é resposta para os problemas vividos pelos Surdos.

Segundo Perlin (2006), a partir desse momento restava

“(...) repensar bem se a inclusão social oferecida significa integrar o surdo. Na verdade, com esta situação citada anteriormente a palavra correta não é ‘inclusão’, e sim uma forçada ‘adaptação’ com a situação do dia-a dia dentro de sala de aula.” (P. 252)

Há uma confusão no que diz respeito a compreensão do que é uma educação democrática. Falar em educação para Surdos e em luta por uma educação específica não significa que a comunidade surda abre mão de uma educação para todos. O que se dá é o reconhecimento da diferença e do direito pela criação e execução de políticas públicas que, verdadeiramente, reconheçam e atendam a diversidade.

Repensar a modalidade educacional inclusiva para Surdos é imprescindível para entender que mesmo num modelo dito para todos os alunos Surdos continuam sendo excluídos. Estes estão sendo destituídos de seu direito de usar sua L1 como instrumento de acessibilidade ao conhecimento.

A resposta, para uma educação de Surdos de qualidade, só viria com os estudos sobre as concepções de identidade e cultura surdas. O próprio sujeito passou a identificar-se enquanto pertencente a uma comunidade, com uma identidade e culturas próprias. Inclusive, esse grupo apresentava características linguísticas, cognitivas e culturais específicas. Segundo Fernandes (1998), o povo surdo “(...) resistindo às pressões da concepção etnocêntrica dos ouvintes,

organizou-se em todo o mundo e levantou bandeiras em defesa de uma língua e cultura próprias” (p.21).

A Educação Bilíngue teria como objetivo corroborar no processo de construção da identidade desses sujeitos. Colaboraria no processo de empoderamento do surdo e, conseqüentemente, com ratificação da Libras como sua (L1). Nesse modelo, o sujeito Surdo deve ter a possibilidade de estudar em escola de Surdos e lutar por espaços onde possa comunicar-se e ser entendido adequadamente.

A inclusão escolar figurou como tema de conferências internacionais, tais como a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em 1990 em Jomtien (Tailândia), e a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, realizada em 1994 em Salamanca (Espanha) com a cooperação da UNESCO.

Nessa última, na Espanha, 92 governos e 25 organizações internacionais aprovaram Declaração tendo como princípio fundamental o "dever das escolas de acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras" (Brasil, 1997, p. 17).

Mediante as propostas das legislações sobre inclusão, a questão não só incluir, é também acolher o aluno surdo em todo ambiente escolar, e não o deixar numa sala a parte, apenas com o intérprete. A inclusão tem como objetivo dar acessibilidade, por meio da comunicação, ao aluno Surdo. Isso diminuiria as barreiras que existe entre o professor ouvinte e o aluno surdo.

Isso requer da escola disponibilidade para criar estratégias que diminuam essas limitações linguística e até mesmo físicas. Incluir a língua de sinais no contexto escolar e com a comunidade. O aluno Surdo, tem interação só com o intérprete e o professor surdo, pode acontecer de ter alguma pessoa ou colega de sala que saiba Libras.

2.1 A Inclusão como um processo questionável na Educação de Surdos

A educação inclusiva é uma metodologia imposta em muitos países, inclusive no Brasil. Entretanto, historicamente, o que se percebe é que para algumas necessidades especiais essa forma de aplicar a educação não tem dado certo para todos. Os Surdos, por exemplo, têm vivenciado um fracasso em seu processo escolar de forma significativa.

Apesar dos diferentes esforços em educar os sujeitos Surdos, perdura o equívoco em si considerar resolvidos os problemas inerentes a educação desses sujeitos apenas com a presença de intérpretes. As consequências de uma Educação Inclusiva para Surdos aplicada, por exemplo, na Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental acarretam problemas por tempo de permanência do Surdo na escola.

As dificuldades encontradas pelos Surdos, ao longo do processo educacional, como apresentado em pesquisa realizados por pesquisadores Surdos como Perlin e Strobel (2008), são decorrentes do não uso da Língua de Sinais como meio para alcançar o conhecimento.

Diante dos equívocos decorrentes da implantação de um modelo já falido no processo educacional de Surdos, nada mais havia a constatar pois entendíamos que os mesmos seriam as únicas vítimas desse processo. A não acessibilidade plena aos conteúdos, a implementação de métodos equivocados de ensino e os atrasos no processo de aprendizagem são algumas das consequências desse tipo de educação. A comunicação por meio da língua de sinais e uma metodologia adequada para o ensino de Surdos seriam saídas para resolução dos problemas educacionais do Surdo.

O papel da escola é proporcionar aos alunos Surdos um ensino acessível e de qualidade. A ausência da língua de sinais é causa dos grandes problemas ocorridos. A escola deve reconhecer que a libras, enquanto meio de comunicação da comunidade surda, como um instrumento eficaz na promoção do Surdo nos diferentes níveis escolares. Tudo isso tendo como base a formação de educadores capacitados profissionalmente, tanto Surdos como Ouvintes.

As línguas de sinais são naturais, pois surgiram do convívio entre as pessoas. Elas podem ser comparadas à complexidades e à expressividade das línguas orais, pois pode ser passado qualquer conceito, concreto ou abstrato, emocional ou racional, complexo ou simples por meio delas. Trata-se de línguas organizadas e não de simples junção de gestos. Por esse motivo, por terem regras e serem totalmente estruturadas, são chamadas de LÍNGUAS. HONORA; FRIZANCO (2009, p. 41).

Quando a criança Surda começa sua educação escolar, o seu desenvolvimento vai depender de como está aquisição dessa língua, geralmente crianças de pais Surdos, muitas vezes, já vem com esse conhecimento, mas essa realidade é uma exceção. Criança que tem pais ouvintes e que a contato com a língua de sinais é tardia terá dificuldades no processo de aquisição da linguagem e, provavelmente, sua aprendizagem da modalidade escrita da língua será afetada. Segundo Karnopp (2004)

Uma criança surda que nasce em um ambiente onde os pais utilizam a língua de sinais adquirirá tal língua da mesma forma que as crianças ouvintes adquirem uma língua oral. Assim, as crianças surdas adquirem a língua de sinais que está à sua volta sem nenhuma instrução especial. Elas começam a produzir sinais, mais ou menos na mesma idade em que as crianças ouvintes começam a falar, e atravessam os mesmos estágios de desenvolvimento linguístico das línguas naturais. Portanto, se a linguagem humana é universal no sentido de que todos os seres humanos possuem a capacidade para adquirir uma língua, não é surpreendente que as línguas desinais se desenvolvam entre pessoas surdas. (p.81)

O contato com a comunidade Surda leva a construção de uma identidade e a continuidade a constituição da subjetividade. As discussões sobre cultura e identidades surdas sempre apontam o lado positivo desse tipo de contato, inclusive, para o processo. “Como todas as línguas de são vivas, pois estão em constante transformação com novos sinais, sendo introduzidos pela comunidade Surda de acordo com a sua necessidade”. HONORA; FRIZANCO (2009, p. 41). Relevância no sentido de que há uma variação linguística, estudos e pesquisas comprovam essas mudanças,

Os alunos Surdos que são privados da relação com outros Surdos, provavelmente, terão dificuldades na formação de uma identidade. A vivência com outros colegas e professores ouvintes, no contexto escolar, faz com que o Surdo sinta necessidade de assemelhar a esses, o que não vai acontecer. Isso porque o modelo a se seguir não será alcançado já que o caminho para isso, ouvir e falar, não será dominado pelo Surdo.

Impor uma cultura ao sujeito que não seja a sua, como a cultura ouvinte, por necessidade o aluno surdo precisa da língua escrita, como viver em uma sociedade sem ter acesso a língua portuguesa, não tem como, até seja como motivo de sobrevivência. A lei determina que o Surdo tenha acesso não só na língua de sinais e também na língua portuguesa.

2.2 A Construção da Identidade Social do Surdo na Inclusão

O Surdo criado de forma isolada sem o contato com outros Surdos acaba por ficar alheio a muitos processos sociais. Isso vai acontecer, principalmente, no ambiente escolar e terá consequências graves nos processos neste ambiente. Nesse sentido, a construção da identidade surda e a valorização da mesma por professores e todos os demais que compõem o coletivo escolar é imprescindível. Inclusive, a presença de um Surdo adulto, também, é de suma importância, pois apoia de forma significativa o aprendizado da Libras e consequentemente o acesso aos conteúdos.

São denominadas escolas ou classes de educação bilíngüe aquelas em que a libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo. (BRASIL, 2005, Artigo 22, §1º)

A Inclusão social na escola de fato acontece, e a necessidade de incluir a língua de sinais no contexto escolar e com a comunidade. O professor sem formação específicas em metodologias no ensino de Surdos, não terá compreensão de como lidar com seu aprendizado, consequentemente proporcionando um atraso no processo escolar. Muitas vezes deixando para o intérprete e para o professor surdo essa educação. O professor que não conhece a Língua de Sinais, não proporciona possibilidade do aprendizado que construído nas experiências e visuais. A necessidade de incluir o aluno surdo numa escola bilíngüe é o papel fundamental da escola e a sociedade também de ter a participação nesse processo de interação e acessibilidade na comunicação, para que essa inclusão social realmente aconteça.

Quando se utiliza o termo “inclusão social” geralmente faz-se referência a várias questões sociais, especialmente quando se debate a inclusão social de pessoas com deficiência. Incluir significa, entre outros, inserir ou fazer parte de algo. Mas quando se fala em inclusão social cria-se o pressuposto de que algo está excluído. (FIGUEIREDO 2013, p.37).

O Surdo constroi sua identidade a partir da interação com seus pares, e para que o Surdo não fique excluído socialmente no ambiente escolar, é necessário o reconhecimento da inclusão no contexto da diversidade, no que se diz em respeito a alteridade, ao outro, às suas diferenças. O sujeito surdo necessita dessa modalidade bilíngue de ensino para que haja interação na sociedade e dependem até mesmo na sua formação e qualificação profissional, exercendo seus direitos de cidadania. Lodi (2005), Apud Moura; Viera (2013) o encontro entre usuários de uma língua comum possibilita seu fortalecimento: "a própria diversidade, as diferentes linguagens em circulação em todas as esferas sociais (...) propiciam que a língua se mantenha viva e em constante movimento". Nestes aspectos da língua de sinais e o bilinguismo provenientes das leis e decretos que existem e garante aos Surdos os direitos sociais e o olhar às diversidades.

Lodi (2013, p.53), enquanto o texto da Política de Educação Especial visa instituir objetivos e traçar diretrizes que deem conta da enorme diversidade que constitui o alunado brasileiro, o texto do Decreto nº 5.626/05 dispõe sobre os processos educacionais específicos das pessoas surdas. Enfatiza a necessidade de implantação da educação bilíngue para esses alunos e, a fim de que essa proposta seja efetivada, estabelece como deve ser a formação dos profissionais para atuarem junto a esses estudantes. Essa cisão entre as particularidades dos alunos surdos e aquelas dos demais estudantes ouvintes (com ou sem outras diferenças) carrega uma marca histórica de luta e conquista dos direitos linguísticos dos Surdos com vistas à inclusão social, deslocando essa educação das discussões gerais sobre a especial e constituindo-a como uma área específica de saber.

O Plano Nacional de Educação- PNE 2014/2024, traça objetivos e metas para o ensino no País em todos os níveis (infantil, básico e superior) para serem cumpridos até 2024. Das 20 metas, a número 4 cita:

Meta 4. Universalizar, para a população de quatro a dezessete anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino.

Essa meta afirma o ensino com garantia do sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados públicos ou convenccionados. Foram criadas estratégias que viabilizaram para que essa meta fosse mais ampliada, como incentivar as equipes de profissionais para atender a demanda da escolarização, conforme estratégia 4.13:

4.13) apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos (das) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores (as) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores (as) e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues.

Portanto, a educação passa a ser assegurada pelo sistema educacional de ensino, incluindo a todos na Educação básica, em suas etapas e modalidades.

Em 2015, foi aprovado o Estatuto da Pessoa com Deficiência, sendo mais um importante instrumento que garante a igualdade de direitos para as pessoas com deficiência. De acordo com a lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015:

Art. 1º - É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

O Estatuto traz uma nova visão do ser humano em sua força e fragilidade, uma nova forma de compreender que a diversidade não veio para separar as pessoas, mas, sim, uni-las num sentimento de igualdade. As pessoas com deficiência passam a ser percebidas em uma nova perspectiva em que são, de fato, pessoas que necessitam de cuidados especiais, mas que acima de tudo são seres humanos e precisam que os obstáculos diários sejam superados para que vivam dignamente, como qualquer outro.

A legislação trás em tona a questão social da acessibilidade da pessoa com deficiência, no caso do Surdo que têm o impedimento da audição, à acessibilidade

na comunicação na escola. A limitação não torna o Surdo incapaz, mas que produz e é consumidor na sociedade, deva existir atualmente a sensibilidade diante dessa deficiência e diferença e atualmente há penalidade para discriminação. Neste estatuto também no capítulo IV, o direito à educação, a todo aparato necessário para que o Surdo tenha direito à educação bilíngue, na educação básica até o ensino superior, garantindo sua formação. Neste estatuto dá o direito à pessoa surda, dez por cento nas leis de cotas, se efetiva por ações afirmativas, que promovam o acesso, a participação e permanência e a participação dos alunos ao longo de sua vida.

2.3 Inclusão por meio do Bilinguismo

Envolver todos os sujeitos na construção da sua identidade e da comunidade surda, dando ênfase aos estudos numa proposta bilíngue, é primordial. Conforme Koslowski (2000) quando falamos no modelo bilíngue “no campo da educação dos Surdos, estamos nos referindo à existência de duas línguas no ambiente do Surdo e estamos ao mesmo tempo reconhecendo que os Surdos vivem uma situação bilíngue” (p.47).

Para que isso aconteça é há necessidade de projetos que envolvam toda a escola em prol da Educação de Surdo. Os trabalhos realizados por professores que atendam às necessidades específicas do aluno surdo fazem toda diferença. E mais, a família tem papel fundamental em todo o processo.

A escola e as comunidades envolvidas, ou seja; família e sociedade devem saber a importância que a Língua de Sinais tem no sistema linguístico permitindo a esse aluno conhecimento e práticas que traduzam e transformem a realidade do surdo que lutam pelos seus direitos e cidadania. (BRASIL, 1998 p.19)

As discussões sobre surdo, língua e identidade no contexto escolar é de suma importância para o processo de formação social do sujeito surdo. Aqueles que estão envolvidos diretamente com a educação escolar do Surdo, muitas das vezes, não entendem esse sujeito e por vezes erram na forma de como intervir positivamente em sua educação. Há, inclusive, registros de educadores que nem se quer sabem que os Surdos se comunicam ou passa despercebido que os Surdos têm uma linguagem, que está contida todo processo do sistema linguístico.

Para essas mudanças efetivamente aconteçam é necessária uma reformulação nas práticas escolares. O sistema de ensino, o currículo, a experiência visual e a promoção de um contexto multicultural serão instrumentos base para uma inclusão real desses sujeitos. Inclusive, tudo que apontamos é na verdade uma perspectiva encontrada apenas numa proposta de educação bilíngue/bicultural.

Pensar em adequação curricular significa considerar o cotidiano das escolas, levando – se em conta as necessidades e capacidades dos seus alunos e os valores que orientam a prática pedagógica. Para os alunos que apresentam necessidade particularmente importante (BRASIL, 1998, p. 32).

Estes processos apresentados são importantes e criam acessibilidade para Surdo no processo educacional. Tudo em prol de um tipo de educação que proporcione ao aluno Surdo a oportunidade de vivenciar suas experiências no espaço escolar de forma mais plena. Nesse contexto a língua de sinais tem papel fundamental, pois, é por meio dela que o sujeito surdo poderá ter acesso ao mundo do conhecimento.

O bilinguismo, para as crianças surdas, é mais do que o uso de duas línguas, é uma filosofia educacional. Isso implica em profundas mudanças em todo o sistema educacional para Surdos, uma vez que, a educação bilíngue consiste, em primeiro lugar, na aquisição da língua de sinais, sua língua materna e posteriormente, o português, sua L2. A língua materna é a língua nativa ou primeira língua. Trata-se do primeiro idioma que aprende uma pessoa ou, por outras palavras, da língua que se fala num país, e que é a língua natural da pessoa e o domínio é melhor. Aprende através da família e imprescindível para a aprendizagem posterior, uma vez que constitui a base do pensamento. Por outro lado, uma destreza incompleta na língua materna dificulta a aprendizagem de segundas línguas.

3 INCLUSÃO LINGUISTICA DO ALUNO SURDO

Como já temos discutido, ao longo dessa pesquisa, o meio de comunicação mais acessível ao Surdo é a Língua de Sinais. É por meio dessa modalidade de língua que, desde o nascimento, a criança surda passa a ter acesso ao mundo do conhecimento. Na escola, enquanto um dos espaços de maior convivência para os Surdos, a língua de sinais também deveria ser celebrada. A própria legislação reconhece o direito linguístico do Surdo e decreta que a língua de sinais se constitui “como um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil” (BRASIL, 2002, p.1)

A maioria das crianças surdas nascem em família de ouvintes e acabam sendo impedidas de usar a língua de sinais como L1 e, conseqüentemente, o primeiro e único lugar de contato com essa modalidade de língua será a escola. A inserção e a difusão da língua de sinais e, conseqüentemente, o reconhecimento da identidade cultural do Surdo são definitivos para o sucesso em todo seu percurso educacional.

Nesse sentido, surgem os Estudos Culturais (EC), corrente teórica que colaborou muito também para os estudos voltados as questões culturais da comunidade Surda. Esses buscam se apropriar de instrumentais, de ferramentas conceituais, de saberes que emergem de leituras do mundo, ao longo dos séculos.

Em outras palavras, o que precisamos continuar a investigar, discutir, destacar, mostrar é a positividade do poder, sua capacidade de produzir subjetividades e identidades. É nesta direção que os Estudos Culturais têm enfatizado a produtividade dos poderes e saberes no ordenamento da vida social.

Então, nesse campo de Estudos Culturais, a cultura uma ferramenta de transformação, de percepção a forma de ver diferente, não mais de homogeneidade, mas de vida social constitutiva de jeitos de ser, de fazer, de compreender e de explicar. Essa nova marca cultural transporta para uma sensação a cultura grupal, ou seja, como ela diferencia os grupos, no que faz emergir a "diferença" (KARIN STROBEL, 2008, p.18.)

As contribuições nos campos teóricos dos Estudos Culturais, fundamenta nas construções das práticas culturais e com relações diretas com a sociedade e

transformações sociais. É com essa teoria que foi possível ao povo Surdo se manifestar enquanto agrupamento,

Quando pronunciamos "povo surdo", estamos nos referindo aos sujeitos surdos que não habitam no mesmo local, mas que estão ligados por uma origem, por um código linguístico de formação visual, independente do grau de evolução linguística, tais como a língua de sinais, a cultura surda e quaisquer outros laços. STROBEL, (2009, p.9).

Segundo essa teoria as identidades dos Surdos são construídas a partir das interações, convivências e experiências das comunidades Surdas. Nessa interação, sobretudo na linguística expressa seu jeito de ser e estar no mundo e a comunicação determina sua cultura. Os grupos se identificam culturalmente na expressão espacial/visual.

Das culturas manifestam os movimentos sociais e políticos e ações voltadas em todos aspectos da realidade do sujeito surdo. A sobrevivência das lembranças que são identificados na sociedade participantes do grupo das “pessoas com deficiência”, fato este, que requer um atendimento clínico, por refletir-se no modelo terapêutico de uma patologia, contudo, trata-se de alguém que possui uma diferença, em que os discursos de normalização predominavam e a necessidade da compreensão das diversidades existentes.

3.1 A Pedagogia Surda e a visão do Surdo para o Surdo

Na pedagogia surda a transformação mediante a um currículo voltado para diversidade e diferença, na construção do currículo como artefatos culturais, aonde os professores surdos possam construir de acordo com as necessidades culturais, identidade e subjetividade do povo surdo.

A cultura, no entender dos fundadores de Estudos Culturais deve ser compreendida como a experiência vivida de qualquer agrupamento humano. E nesta visão não há qualquer diferenciação qualitativa entre um currículo de ouvintes e um currículo de surdos que através desta ferramenta decide suas necessidades de sobrevivência. (PERLIN, STROBEL 2009, p.39)

Mediante às práticas docentes na construção do currículo, refere se a realidade do povo surdo diante destas construções culturais. Para os Surdos os significados dos artefatos culturais são relevantes para a construção da cultura surda. Estratégias são criadas e influenciam não só nas informações que em que

são transmitidas, mas em todo processo educacional do sujeito como ser histórico-cultural.

A necessidade da pedagogia surda, centrada na perspectiva de visão de leitura de mundo, não só política e intelectual. Os professores surdos e alunos surdos têm essa visão superada pela teórica cultural como sujeitos culturais que transmitem e ensinam.

Converge no sentido de que a política de identidade seja individual, seja grupal traz em si inquestionáveis repertórios de pedagogia. Não centrado em torno de reivindicação, mas na necessidade constante de ser, de transmitir, de ensinar que emerge do sujeito cultural. PERLIN, STROBEL (2009, p.37)

Segundo Karin Strobel (2009) “Os artefatos culturais do povo Surdo”, a autora apresenta oito artefatos culturais que podem caracterizar a cultura surda, e que são entendidos como as ilustrações da cultura, como aquilo que vai além do material, constituindo o sujeito e as formas de ver, entender e transformar o mundo.

Os artefatos elencados são objetos ou materiais produzidos pelos grupos culturais sendo incluído tudo o que se vê e sente quando se está em contato com a cultura de uma comunidade como, vestuário, maneira pela qual o sujeito se dirige a outro, tradições, valores e normas. A definição desses objetos na vida cultural do Surdo são importantes e marcam sua história.

3.2 A importância das Comunidades Surdas

A discussão sobre cultura Surda é muito recente no Brasil, tem pouco mais de cento e vinte anos, mas recentemente, tem ganhado força nas discussões acadêmicas. Isso porque, quanto mais entendemos as discussões referentes a cultura Surda, mais entendemos a forma como devem se dar o processo educacional destes.

A maioria das pessoas Surdas prefere um relacionamento mais íntimo com outra pessoa Surda; suas piadas envolvem a problemática da incompreensão da surdez pelo ouvinte que geralmente é o “português” que não percebe bem, o quer dá uma de esperto e se dá mal; seu teatro já começa a abordar questões de relacionamento, educação e visão de mundo das pessoas Surdas.

O Surdo tem um modo próprio de olhar o mundo onde as pessoas são expressões faciais e corporais. Como fala com as mãos, evita usa-las desnecessariamente e quando as usam possui agilidade e leveza que pode transformar em poesia.

Os Surdos, que frequentam esses espaços de Surdos, convivem com duas comunidades e cultura: a dos Surdos e a dos Ouvintes e precisam utilizar duas línguas: a Libras e língua portuguesa. Portanto, numa perspectiva sociolinguística e antropológica, uma Comunidade Surda não é um “lugar” onde pessoas deficientes, que tem problema de comunicação se encontram, mas um ponto de articulação política e social, porque, cada vez mais, os Surdos se organizam nesses espaços enquanto minoria linguística que lutam por seus direitos linguísticos e de cidadania, impondo - não pela deficiência, mas pela diferença.

Há pessoas Surdas em todos os estados brasileiros e muitas vezes pessoa vêm se organizando e formando associações, pelo país, que são as comunidades surdas brasileiras. Como o Brasil é muito grande e diversificado, essas comunidades se diferenciam regionalmente em relação a hábito alimentar, vestuário e situação socioeconômico, entre outro. Estes fatores geram também variações linguística regionais.

Participam dessas comunidades Surdas, pessoas ouvintes que fazem trabalhos de assistência social ou religiosa, ou são intérpretes, ou são familiares, pais de Surdos ou conjugues, ou ainda amigos e professores que participam ativamente em questões políticas e educacionais e por isso estão sempre nas comunidades, tornando se membros. Os ouvintes que são filhos de Surdos, muitas vezes, participam dessas comunidades desde de crianças, o que propicia um domínio da Libras, como de primeira língua. Estas pessoas, muitas vezes, tornam-se intérpretes: primeiro para o pai, depois para a comunidade.

Atualmente com mais de 100 entidades filiadas (escolas, institutos e outras instituições), a Feneis atua como um órgão de integração dos Surdos na sociedade, através de convênios com empresas, instituições que empregam os Surdos, MEC-SEESP, e SEDUC estaduais e municipais, Inclusive, tem promovido e participado de debates, seminários, câmara técnicas, congresso nacionais e internacionais em

defesa dos direitos dos Surdos em relação à sua língua, a educação, a intérpretes em escolas e estabelecimentos públicos, a programas de televisão legendados, assistência social, jurídica e trabalhista.

Os Surdos que participam dessas comunidades têm assumido uma cultura própria. Vendo por esse prisma, pode-se falar de Cultura Surda, ou seja, Identidade Surda. O Surdo é diferente do ouvinte porque percebe e sente o mundo de forma diferenciada e se identifica com aqueles que também aprendendo o mundo como os Surdos, possuem valores que vêm sendo transmitidos de geração em geração independentemente da cultura dos ouvintes, a qual também se inserem.

Os Estudos Surdos são ramificações dos Estudos Culturais. Surgem com movimentos surdos, organizados e no meio da intelectualidade influenciada pela perspectiva teórica dos Estudos Culturais. Enfatizam as questões das culturas, das práticas discursivas e das lutas por poderes e saberes.

(...) deixou de incluir a experiência da surdez e de considerar os contextos psicossociais e culturais nos quais a pessoa surda se desenvolve; é justamente destes aspectos, dentre outros, que os estudos surdos passam a se ocupar. (SÁ, 2006, p.65)

A luta dos Estudos Surdos desconstrói a visão da interpretação da surdez com deficiência e como deficiente, pessoa com a patologia de que lhe falta algo. Pois os Surdos compreendem o mundo e interagem por meio de experiências visuais manifestando sua cultura e sua identidade na Língua de Sinais (LIBRAS). Os Surdos, enquanto grupos organizados culturalmente e o discurso de sempre dos ouvintista são de normalização. A questão é que os Surdos têm suas limitações e diferença. O ser humano em si pode desenvolver algum fator biológico, todos nós temos nossas deficiências.

Esses discursos globalizantes, sendo representações sociais que identificam o surdo como um ser anormal, incapaz, sem cultura própria, com uma língua pobre e uma maneira de ser esquisita, faz com que ele, principalmente quando privado de estar entre seus pares, assimile o olhar do ouvinte-opressor. Nesse sentido, é importante considerar que 95% das crianças surdas são filhos de pais ouvintes, e a forma como é descoberta a surdez, por meio de exames audiológicos e imersos nos discursos clínico-terapêuticos, constitui-se Surdez e preconceito se em um dos importantes fatores da aceitação e perpetuação do rótulo estigmatizante do surdo como deficiente. (WITKOSKI, 2009, p.571)

Destas lutas em que os Estudos dos Surdos têm travado nos aspectos culturais é o termo “surdo”, que possui vários sentidos. O mais usado é ligado à ideia de doença, de falta, de incapacidade, de deficiência. Nem todos os Surdos se identificam como Surdos, há aqueles que ouvem pouco e/ ou usam a oralidade identificando-se como deficientes auditivos, outros com mesmo histórico preferem identificar-se como Surdo, logo não se tem uma definição do termo.

Quando as pessoas têm o conhecimento com a comunidade surda, sabe que a Língua de Sinais é a característica principal do Surdo, e é que define sua identidade cultural e não às físicas, que não faz “menos” (ou menores”) Sá (2006), os ouvintista, grupo majoritário, que é um termo referido a forma de reconhecer a pessoa não surda.

A sociedade na maioria, vê a surdez com algo que ainda vai ter conserto, e com as inovações tecnológicas, terá como detectar antes de a criança vir ao mundo, tratamentos, invenções que possa modificar esse quadro de surdez. E esse processo que causa surdez, quase é visto nos indivíduos com condições menos favoráveis. A surdez torna-se “insultuoso” no ver da sociedade como algo mal, adquirido por uma culpa ou falha dos familiares e com olhar diferente, até mesmo com um preconceito em relação a surdez e na fala deste.

Nessa perspectiva, ao se absolutizar a divisão surdo/ ouvinte, levando os surdos à miragem dos ouvintes como um paraíso perdido, em primeiro lugar se está criando a ilusão de eles se submeterem às concepções e práticas ouvintistas, em prol de uma realidade inexistente; em segundo, alienando-os em relação a questionar e impor resistência a outros preconceitos presentes no seu cotidiano, como se ser surdo fosse ter uma identidade única. Essa perspectiva que desconsidera de que surdo está falando remete ao cerne do preconceito em relação à surdez que nos identifica a partir da deficiência como um grupo homogêneo. (WITKOSKI,2009 P.568)

Na história dos Surdos, os grupos resistiram a dominação através da história, não são grupos considerados uma etnia, mas na constituição de sua identidade, no grupo de surdez e de todos serem iguais, de uma cultura própria, de uma língua própria, resistiram às pressões impostas pela sociedade e construindo sua própria etnia da surdez. A sociedade ainda não aceita esse grupo, devido às condições de interpretações patológicas da surdez.

No entanto, esta se sustenta pelos diferentes preconceitos presentes na sociedade como expressão máxima do etnocentrismo, definida pelo professor João Baptista Borges Pereira como “tendência, ao que tudo indica universal, que leva indivíduos, grupos e povos à supervalorização de suas próprias expressões de vida, conduzindo-os, conseqüentemente, a subestimar as características de outros indivíduos, grupos e povos” (WITKOSKI, 2009 P.568).

Nesta construção do povo na sua etnia própria será que seria possível e possibilitaria a reconstrução e desenvolvimento no processo educacionais e culturais, nas construções de escolas para Surdos, os discursos seriam fortalecidos, surgiria identidades comunitárias e culturais, a partir das decisões de si mesmo. Para a autora essas interpretações não são com más intenções, somente no sentido de um bem para todos e caso algo saia do normal, a intenção de excluir, produzir identidades aceitáveis, rompendo com o habitual para dar visibilidade à produção dos sentidos que vão surgindo na sociedade, fazendo que se posicione e seja posicionado.

3.3 A Pedagogia Surda como modalidade fundamentado na mediação intercultural da diferença

Nesta modalidade da diferença surge na constituição dos Surdos, da sua identidade, dos preceitos em que o Surdo atinge depois do tradicionalismo que tem uma visão normalidade do Surdo. A educação na diferença na modalidade de mediação intercultural. O Surdo tem direito ao espaço cultural, a interação com seus pares, o bilinguismo garante que os Surdos venham concretizar a tão sonhada educação, que sempre pretenderam e as lutas políticas por espaço social e cultural. Conforme Perlin e Strobel (2008, p.19)

A modalidade da ‘diferença’ se fundamenta na subjetivação cultural. Ele surge no momento que os surdos atingem sua identidade, através da diferença cultural, surge no espaço pós-colonial. Neste espaço não mais há a sujeição ao que é do ouvinte, não ocorre mais a hibridação, ocorre a aprendizagem nativa própria do surdo.

A relevância na fundamentação na modalidade da diferença hoje, está na educação que pode haver procedimento intercultural que trabalha com identidades constituídas. No processo da subjetividade, a necessidade de habilidades e competência para que o sujeito surdo, pode vir ser confundida ao se posicionar

frente às diferentes culturas e suas especificidades. Essa modalidade da mediação cultural aceita as estratégias e as metodologias que posiciona para diferenças. Conforme Skliar (2017, p.12), Os Surdos começam a se narrar de uma forma diferente, a serem representados por outros discursos, a desenvolverem novas identidades surdas, fundamentadas na diferença. Os contatos que os Surdos estabelecem entre si proporcionam uma troca de diferentes representações da identidade Surda.

Os fundamentos da mediação cultural concedem ao sujeito Surdo sua defesa diante das discriminações visíveis de uma sociedade que normatiza e regula a deficiência mantendo os subalternados à cultura ouvintista. Nesse modelo em a questão da cultura dissemina e garante a educação de Surdos, o bilinguismo crítico, na instrução de língua de sinais, em relação ao currículo constrói novas perspectivas e metodologias no ensino bilíngue. A possibilidade de uma aonde educação o olhar do ouvinte no diferente, vendo o como sujeito que tem sua própria cultura e respeitando o outro na alteridade e na diversidade cultural.

3.3.1 Metodologia na Educação dos Surdos

A metodologia da educação moderna utiliza métodos orais ou de treinamento do som, com o objetivo de recuperar a audição e a fala e ainda usa meios que tratam os Surdos como anormais. E mesmo podendo utilizar a língua de sinais, é preciso saber o português para não ser diferente, subtendendo que a língua de sinais é inferior. No entanto isso já pode ser coisa do passado, com a existência de uma metodologia para os Surdos.

Como a teoria cultural permite entender, a metodologia dos Surdos é bastante evidente. É notado que não existe inferioridade no fato do aluno ser surdo e com essa metodologia de ensino é possível sim que ele consiga aprender e acessar o conhecimento, do jeito dele de ser e de aprender.

De acordo com Perlin e Rezende (2011), a teoria cultural que é desenvolvida afasta as obrigações de normalizar como na escola da modernidade e a denominação de diversidade e subalternidade da escola crítica. O currículo não é estático, na pedagogia tem o poder transformador e de saberes, constitui e reconstitui, na realidade do sujeito Surdo, são artefatos culturais a língua de sinais, a

pedagogia surda, a história cultural, a literatura surda, artes visuais, a família, a vida social e esportiva.

Mesmo com tantos avanços ainda existe uma metodologia que utiliza de métodos de aproveitamento de restos auditivos, de reabilitação oral, de sons, de vibradores, de articulações que podem levar a perdas de conteúdo do currículo, com isso a língua de sinais pode ser inferiorizada.

A metodologia cultural se apresenta por meio de planejamento e estratégias e qualquer professor surdo ou não, que use de elementos metodológicos que se aproximam do jeito cultural dos Surdos, pode realiza-la. Pode-se usar estratégias que permitam a interação com o Surdo em vista do conhecimento, estratégias que problematizam, definem e levam ao encontro do conhecimento. Não visando a correção do aluno e sim a introdução dele no conhecimento.

Devemos considerar também “que a Didática Cultural dos Surdos sempre questiona sobre o que é próprio dos Surdos e também questiona sobre como alguém se constituiu superior aos Surdos” (PERLIN E REZENDE, 2011, p.29). A metodologia dos Surdos programa suas atividades de acordo com seu destino social, isso é cultural. Ele é um sujeito com muitas características, com múltiplas identidades que se utiliza de língua e cultura diferentes.

3.3.2 O Bilinguismo e sua aproximação com o Cultural

Algumas escolas utilizam a modalidade Bilíngue como proposta de ensino aos alunos surdos, sugerindo o uso das duas línguas no contexto escolar. Tendo como primeira língua a Língua de Sinais e a segunda língua o Português na modalidade escrita ou oral. Tendo acesso primeiramente com pessoas fluentes na língua de sinais, sejam seus pais, professores ou outros, esta é a ideologia do bilinguismo.

Para Skliar (1998) apud Perlin e Strobel (2008) apresenta quatro diferentes projetos que sustentam e subjazem à educação bilíngue para Surdos nas seguintes questões: O bilinguismo no contexto tradicional predomina o ouvintismo e a identidade incompleta dos Surdos, ou seja, expõe uma visão colonialista sobre surdez; O bilinguismo humanista e liberal considera a existência de uma igualdade natural entre Ouvintes e Surdos; O bilinguismo progressista destaca a noção de

diferença cultural que caracteriza a surdez, ignorando a história e a cultura; E o bilinguismo crítico na educação dos Surdos que utilizam a língua de sinais como mediação com o oral e não como a produção cultural linguística.

Segundo Perlin e Strobel (2008), atualmente ainda existem muitas práticas ouvintistas e escolas usando métodos ultrapassados, não se preocupando em atualizar participando em congressos e cursos, dizendo serem a favor da língua de sinais e aos poucos vão diminuindo.

Um modelo cultural ideal para os Surdos seria a valorização da língua de sinais como a primeira língua e tendo suas opiniões respeitadas, pois os ouvintes ainda continuam decidindo pelos Surdos sem atentar pelas suas opiniões. Skliar (2017p.7) A proposta de educação bilíngue para Surdos pode ser definida como oposição aos discursos e às práticas clínicas hegemônica – características da educação e da escolarização dos Surdos nas últimas décadas – e como um reconhecimento político da surdez como diferença.

Na modalidade da diferença, a educação dos Surdos sai do modelo tradicional, que impera a normalização e os tratamentos clínicos para a normalidade do sujeito Surdo. Hoje com estudos realizados em prol da Educação de Surdo, adentra nos conceitos culturais, sendo um melhor caminho para que a educação aconteça na visão das diferenças e não das deficiências. Respeitando a subjetividade do sujeito Surdo e nas trocas culturais.

Para Moura (2000) apud Ruzza (2016), defende o uso Surdo, refere ao indivíduo que, tendo uma perda auditiva, não está sendo caracterizado pela sua deficiência, mas pela sua condição de pertencer a um grupo minoritário com direito a uma cultura própria e a ser respeitado na sua diferença. Inocência diante do mundo Surdo. Mal sabia sobre a Comunidade, Identidade e Língua Surda, as lutas e movimentos que aconteciam há anos e muito menos do envolvimento, dedicação e incorporação que isso tudo teria em sua vida. Reconhe que sua existência é marcada pela luta do S maiúsculo não só por se constituir na inicial da palavra Surdo, mas por envolver ações, olhares e posicionamentos frente a esse sujeito, indivíduo, ser humano. Quando identificamos o sujeito Surdo com “S” maiúsculo, estamos preconizando a sua identidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É perceptível no decorrer da história, o quão árduo foi o processo educacional do Surdo, desde o oralismo, passando pela comunicação total até chegar a inclusão. É certo que há uma luta em prol de uma Educação Bilíngue que ocorram em Escolas Bilíngues, mas ainda é um sonho.

A história social da pessoa Surda é composta por diferentes momentos que marcam, significativamente o povo surdo, desde da exclusão em que os Surdos eram rejeitados pela sociedade. Desde o início, com criação do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) percebemos os pontos e contrapontos das lutas diárias que comunidade Surda vem passando ao longo da história.

No período de Segregação, os Surdos eram atendidos em instituições religiosas ou filantrópicas e surgiram as primeiras escolas especiais assistencialistas e centros de reabilitação. E no período de integração surgem mediante as Legislações fundamentadas na Leis de Diretrizes e Bases e na Constituição de 1988, o processo de integração resultado de uma Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, a Declaração de Salamanca que trata de princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. O processo de integração do sujeito Surdo é se adequar ao meio social, e o que prevalecia era deficiência e a normalização, e a educação dava-se à parte.

Ao falarmos sobre o processo da inclusão, como princípio de incluir todos os alunos com Necessidades Educativas Especiais no sistema regular de ensino. O equívoco dessa educação inclusiva está em se as escolas se encontram adequadas para receber e trabalhar com esses alunos de acordo com suas especificidades. O processo de inclusão para esses alunos se dá por meio da acessibilidade promovida pela comunicação.

Nas propostas da Políticas Nacional de Educação Especial as ações que sejam efetivadas nos projetos das escolas giram em torno de um atendimento dado por meio dos intérpretes e professores Surdos. Esses pontos não podemos deixar de reconhecer que são necessários, mas, não resolvem.

O que totalmente na Educação de Surdos que só confirmará sua identidade Surda mediante a Educação Bilíngue. Tendo a Língua de Sinais como língua de instrução, mediante as leis e seus direitos adquiridos com movimentos sociais. Este propicia conhecimentos com suas experiências visuais e espaciais e merecem o respeito e valorização e no ambiente escolar onde há dificuldades relacionadas a comunicação.

O Surdo convive com a existência de duas culturas distintas na escola, a do Surdo e a do Ouvinte. Contudo, ainda existe muitas iniciativas a serem adotadas por parte dos professores, comunidade escolar e poder público no sentido de promover melhoria de vida para os Surdos de forma justa e democrática.

O ideal da Educação de Surdo é que a escola seja bilíngue, o Surdo precisa do português na modalidade escrita, para que venha ter interação e vivência em sociedade. A Escola Bilíngue evitaria a evasão e o fracasso escolar desses alunos. Uma escola mediante o processo ensino-aprendizagem e construção do currículo fundamentado nas experiências visuais, nas vivências históricas sociais, linguístico e culturais do aluno Surdo.

No ensino de Língua de Sinais como primeira língua (L1) e segunda língua (2) a língua portuguesa oral/ escrito, professores surdos e intérpretes na mediação do ensino-aprendizagem e em todo processo pedagógico escolar. Sendo efetivadas as ações que garante uma escola de qualidade para todos e principalmente a escola que o Surdo querem, essa é a defesa contra todo tipo de discriminação e que ainda existem na sociedade.

A realidade social se difere do que é idealizado na inclusão social, que por trás dessa visão cultural homogênea, na verdade ocorre uma diversidade no processo escolar, determinadas por diferenças, por etnias, culturas, etc. É esperado que o valor cultural das pessoas Surdas seja reconhecido e o que está sendo oferecido atualmente seja efetivado de forma que o aprendizado do Surdo realmente alcança o ideal, de preferência que sejam em escolas bilíngues.

Sabemos que apesar de grandes conquistas e avanços, após um longo período histórico, marcado por lutas, de diferentes movimentos sociais e

Associações de Surdos, que buscaram o reconhecimento da Língua de Sinais. O sujeito Surdo ainda não alcançou totalmente a educação tão sonhada. O Surdo ainda tem muito a conquistar, principalmente numa escola bilíngue em que todos tenham interação na Língua de Sinais, professores Surdos, recursos pedagógicos próprios para o desenvolvimento do aluno Surdo. Os Professores precisam estar preparados e capacitados para desenvolvimento do ensino e da aprendizagem do aluno surdo em Libras.

Os Estudos Culturais e os Estudos Surdos apresentam pesquisas e investigações que mostram que o desenvolvimento de suas habilidades e potenciais está na língua natural do surdo. A língua de Sinais é que o sujeito Surdo constrói sua identidade cultural. Enfatiza-se na experiência visual e nas vivências para a construção do currículo como artefatos sociais e culturais, sendo com agente transformador das práticas pedagógicas no contexto escolar.

Cabe as escolas se fundamentar no processo cultural e linguístico dos alunos Surdos, para que a escola possa desempenhar seu papel de acolher e criar estratégias para a formação e construção de sua identidade e reconhecendo os como participantes de um grupo formado por sua língua natural e na comunidade surda em que pertencem.

É necessário reconhecer os Surdos em suas diferenças, valorizando sua cultura e, principalmente, sua língua. Os ouvintes não podem mais sentir-se superiores aos Surdos e muito menos eles não se empoderarem. Há necessidade de um equilíbrio entre as duas culturas e, conseqüentemente, entre as duas línguas.

Algo que ficou forte para nós é que a educação não é adquirida somente na escola, mas, no convívio com a família, na sociedade. É necessário compartilhar conhecimentos, respeito a língua. É por meio dela que é possível ao Surdo se expressar, construir sua identidade e subjetividade, sendo peça chave para seu êxito em todo processo social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Secretária Estadual de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações curriculares*. Brasília: MEC, 1998

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, Senado federal, 1988.

_____. DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005. <http://legislacao.planalto.gov.br>

_____. Lei nº 4024 de 20 de dezembro 1961. *Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Publicado no Diário Oficial da União. De 27.12.1961 e retificado em 28.12.1961.

_____. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. *Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais-Libras e dá outras providências*. Diário Oficial da União, 2002.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. *Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

_____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência* (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

_____. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555 de 05 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948 de 09 de outubro de 2007. Brasília, 2007.

DILLI, K. S. *A inclusão do surdo na educação brasileira*. 2010. 83 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

FELIPE, T. *Libras em contexto: curso básico, livro do estudante cursista*. Brasília: Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos, MEC; SEESP, 2001.

FERNANDES, S. F. *Surdez e Linguagem: é possível o diálogo Entre as diferenças?* Dissertação (mestrado em.) - Faculdade de... UFSC, Curitiba, 1998.

GODOI, P; SANTOS, M. F; SILVA, V. F. *Língua Brasileira de Sinais no Contexto Bilingue*. Tupã, 2013. 38 p. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização) – Faculdades FACCAT.

HONORA, M.; FRIZANCO, M. L. E. *Livro ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez*. Volumes I e II. São Paulo: Editora Ciranda Cultural, 2009.

KOZLOWSKI, L. *A educação bilíngüe-bicultural do surdo*. In: LACERDA, C.B.F; NAKAMURA, H.; LIMA, M.C. (Org.). *Surdez e abordagem bilíngüe*. São Paulo: Plexus, 2000.

LODI, A. C.B. *Educação bilíngüe para surdos e inclusão segundo a Política Nacional de Educação Especial e o Decreto nº 5.626/05*. Educação e Pesquisa, (2013)

MACHADO, Ladyana Dias. *O ensino de ciências para deficientes auditivos*, 2011.

MOURA, Débora Rodrigues; VIEIRA, Claudia Regina. *A atual Proposta Bilíngüe para Educação de Surdos em prol de uma Educação Inclusiva*. 2013.

MOREIRA, Sônia Maria. *A inclusão das crianças e adolescentes com necessidades especiais na rede regular de ensino*. 2014.

SÁ, Nídia Regina Limeira de. *Cultura, poder e educação de surdos*. São Paulo: Paulinas, 2006.

PERLIN, Gladis T.; REZENDE, Patrícia L. Ferreira. *Didática e educação de surdos*. Florianópolis; UFSC, 2011.

PERLIN, Gladis. STROBEL, Karin. *Fundamentos de Educação de Surdos*. Florianópolis, 2008.

QUADROS, Ronice M de. *Situando as diferenças implicadas na educação de surdos: Inclusão/Exclusão*. P. Vista, eISSN 2175-8050, UFSC, Florianópolis, SC, 2003

QUIRÓS, J. B; GUELER, F.S. *La Comunicación humana y su patologia: Ensayo histórico hasta 1900*. Buenos Aires, Argentina: Casa Ares, 1966.

RAFANTE, Heulalia Charalo. *Helena Antipof, as Sociedades Pestalozzi e a Educação ESPECIAL no Brasil*, São Carlos, 2011.

RUZZA, M. L. F. *A inclusão educacional do sujeito surdo: direito garantido ou reprimido?* Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2016.

ROCHA, S.M. *Educação de surdos no Brasil: aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Educação de Surdos em seu percurso de 150 anos*. Rio de Janeiro, INES, 2008.

SKLIAR, Carlos. *Atualidade da educação bilíngüe para surdos: interfaces entre pedagogia e linguístico volume 2* / Carlos Skliar (Org.) – 6. ed.- Porto Alegre: Mediações 2017, 208 p.

SILVA Lidia Martins da. *Educação inclusiva e formação de professores*. Cuiabá-MT. 2009

STROBEL, Karin. GLÁDIS, Perlin. *Teorias da educação e estudos surdos*. Universidade Federal de Santa Catarina. Licenciatura em Letras-Libras na Modalidade à distância. Florianópolis, 2009.

SOARES, Maria Aparecida Leite. *A educação do Surdo no Brasil* - Campinas, SP: Autores Associados; Bragança Paulista, SP: EDUSF, 1999

WITKOSKI, Silvia Andreis. *Deafness and prejudice: the norm of speech and the myth of lip reading*. *Revista Brasileira de Educação*, v. 14, n. 42, p. 565-575, 2009.